

Curso no DF conta história de resistência das tranças nagôs

Oficina é oferecida pelo projeto Territórios Afrocandangos

Por Isabel Dourado

A história das tranças de cabelo atravessa séculos. Mais do que um penteado, elas são símbolo de resistência, ancestralidade e identidade cultural. Uma identidade que tentou ser apagada quando povos africanos foram arrancados de suas terras e trazidos à força para o Brasil durante o período de escravidão. As tranças carregam memórias e significados diversos. Em meio à violência e à opressão, o povo negro construiu formas sutis mas extremamente poderosas de resistência e mantiveram viva uma tradição que atravessa tradições.

Com o objetivo de resgatar e valorizar saberes ancestrais, o Instituto Ojuiná, organização religiosa e sem fins lucrativos do Distrito Federal, por meio do projeto Territórios Afrocandangos, promove uma oficina de elaboração de tranças. As aulas gratuitas acontecem no terreiro Ilê Asé Ojuiná localizado no Núcleo Rural Nova Betânia, no Jardim Botânico, e são ministradas pela trancista brasiliense Gabriela Dias. O presidente do Instituto, babalorixá Veber Brasil, destaca que a oficina de tranças nagô vai muito além da formação de uma nova profissão.

Segundo ele, a iniciativa está centrada no reconhecimento das tradições, da ancestralidade e dos saberes afro-brasileiros, contribuindo para o enfrentamento à intolerância religiosa e para o fortalecimento da autoestima. "O reconhecimento das nossas tradições é o mais impor-



A profissão de trancista agora é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego

tante desse projeto. O resgate dessa cultura, o aprendizado ancestral é muito característico na oficina de tranças. Há menos de sete meses tivemos o reconhecimento de um trabalho que é desenvolvido desde que chegamos no Brasil".

Idealizado a partir do terreiro de Candomblé Ilê Asé Ojuiná Sorokê Efon, fundado a mais de duas décadas, o Instituto Ojuiná promove diversos projetos de cunho cultural, social e ambiental, buscando manter vivo as práticas e valores das religiões de matriz africana no Brasil. A trancista Gabriela Dias, 23 anos, que está ministrando o curso, conta que começou a fazer tranças na irmã mais nova para ela ir à escola,

mas não imaginava que se tornaria trancista. Aos 18 anos, depois de terminar os estudos, ela conta que conheceu um salão no Novo Gama (GO) e foi contratada para cuidar das tranças.

"Me especializei, fui me desenvolvendo e comecei a trabalhar com o que eu gostava e receber por isso, porque antes eu só fazia na minha irmã. Eu sou iniciada no Candomblé e dentro da minha religião (candomblé) eu fazia tranças nos meus irmãos de santo, ali fui vendo que as tranças tem uma história ancestral, vai muito além da estética", explica.

Segundo ela, o trabalho como trancista possibilitou alcançar

a liberdade financeira. "Quero levar esse conhecimento para outras pessoas também, porque através do meu trabalho conquistei minha casa, meus móveis, consigo morar sozinha. Passei isso para minha irmã, então deu super certo." Ela conta que as aulas têm sido uma experiência sensacional e já conta com mais de 20 alunos. As alunas tiram dúvidas, está todo mundo participando bastante das aulas."

Em julho do ano passado, a profissão de trancista passou a ser oficialmente reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

DF atualiza normas sobre ocupação e uso do solo

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh-DF) atualizou a tabela que orienta a aplicação da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos). Em resumo, a mudança detalha quais atividades podem funcionar em cada tipo de lote, considerando o impacto ambiental, geração de ruídos, o tráfego e também a convivência com o entorno urbano.

O Decreto nº 48.165/2026 revisa o instrumento técnico que reúne classes e subclases de atividades econômicas, além de restrições ambientais e de incompatibilidade vinculadas a cada tipo de uso permitido.

A medida não altera o texto da Luos, mas modifica o Anexo I do Decreto nº 43.374/2022, documento que consolida a Tabela de Usos e Atividades.

Esse material orienta a análise de projetos ao indicar quais práticas podem ser exercidas em cada lote, considerando impacto ambiental, circulação de veículos, emissão de ruídos e relação com áreas vizinhas.

A atualização foi elaborada pela Seduh e busca adequar a regulamentação técnica às mudanças recentes da legislação urbanística do DF.

Ao reunir ajustes aprovados ao longo de 2025, o novo anexo reduz divergências na interpretação das regras e amplia a segurança jurídica nos processos administrativos.

Na prática, o texto revisado serve de referência para licenciamentos, autorizações de funcionamento e avaliações urbanísticas.

Regiões que passaram por alterações normativas, como Guará, Lago Sul e Santa Maria, tendem a ter maior clareza quanto às possibilidades de instalação de empreendimentos e serviços.

O decreto também contribui para padronizar decisões do poder público, ao estabelecer parâmetros no enquadramento das atividades econômicas. Com isso, a Seduh busca equilibrar interesses de desenvolvimento produtivo, preservação ambiental e organização.

A Luos foi instituída em 2019 e reuniu regras分散在不同的normas. O texto passou por revisões para acompanhar transformações sociais, econômicas e territoriais.

Parque Denner de cara nova: DF autoriza melhorias para área no Guará II

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh-DF) deu aval ao projeto que organiza o uso do Parque Denner, no Guará II, entre o Polo de Moda e a Colônia Agrícola Bernardo Sayão.

A autorização consta na Portaria nº 8, publicada no Diário Oficial (DOF), e estabelece diretrizes para intervenções estruturais e funcionais no local. Com 27,3 mil metros quadrados, o espaço passará por obras solicitadas há anos por moradores da região.

A proposta foi apresentada pela Administração do Guará e analisada pela Seduh, que liberou a execução das melhorias. Entre as ações estão a troca de equipamentos danificados, atualização do sistema de iluminação, cuidados contínuos com a vegetação e



Espaço ganhará melhorias estruturais, segurança e comércio

medidas voltadas ao aumento da proteção dos usuários.

O planejamento divide o território em quatro setores com finalidades distintas. No primeiro, identificado como Zona A, estão previstos ambientes para convi-

vência familiar, área para skate, brinquedos infantis, espaço destinado a animais de estimação, além de banheiros e vestiários.

Já a Zona B ficará próxima ao lago central e contará com deque de madeira, paisagismo com

espécies nativas, trajetos para caminhada e ciclovía. A iniciativa busca integrar o espaço à malha ciclovária já existente no Guará, ampliando as opções de deslocamento não motorizado.

A Zona C será destinada à gestão do local, com guarita para vigilância, ponto de apoio da Polícia Militar (PMDF) e bici-cletário, oferecendo suporte às atividades de policiamento e organização interna.

Por fim, a Zona D concentrará ações ligadas ao esporte, lazer e educação ambiental, com instalação de quadras poliesportivas e áreas para atividades ao ar livre.

O uso do espaço permitirá apenas pequenos comércios, prestação de serviços e atividades institucionais, respeitando as regras de ocupação do solo.